

Cabral, Bernardo

17 JAN 1990

ESTADO DE SÃO PAULO

As missões de Cabral

17 JAN 1990

ROGÉRIO COELHO NETO

Além do acompanhamento dos trabalhos da comissão de transição e da formação do bloco parlamentar que dará sustentação ao novo governo, o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, entregou ao futuro ministro da Justiça, deputado Bernardo Cabral, três missões das mais importantes para o seu plano geral de mudança das estruturas política, econômica e social: a preparação da reforma agrária e da reforma partidária e de uma lei capaz de controlar todos os passos das empresas estatais que vierem a sobreviver a um tempo de plena privatização.

Depois de receber o sim do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e do ex-relator da grande comissão da Assembleia Nacional Constituinte ao convite para ocupar o Ministério da Justiça, Fernando Collor deixou claro, em uma longa conversa mantida no último final de semana com um restrito grupo de amigos e assessores, que deseja chegar às eleições de 3 de outubro como chefe de um novo partido. A decisão do presidente eleito de promover a reforma partidária foi uma das razões, inclusive, que levaram Bernardo Cabral a abrir mão de uma série de projetos pessoais para aceitar o cargo de ministro da Justiça. Um desses projetos dizia respeito à disputa do governo do seu Estado natal, o Amazonas.

As idéias de Fernando Collor e de Bernardo Cabral, quanto à reforma agrária, são coincidentes. Ambos acreditam que qualquer programa avançado de fixação do homem ao campo tem de partir da distribuição das terras integradas ao próprio patrimônio federal. Só depois é que o governo deve investir em desapropriações de áreas particulares que servem à especulação imobiliária e não a um processo permanente de desenvolvimento das atividades

agropecuárias. O futuro ministro da Justiça, no tocante ao controle das empresas estatais, participa da tese de Collor de que o governo não pode mais se dar ao luxo de ser o gestor de massa falida.

Quem se der ao trabalho de buscar em arquivos diversos os primeiros discursos do futuro ministro da Justiça como deputado — e, depois, como presidente da OAB ou relator da grande comissão da Assembleia Nacional Constituinte — vai encontrar toda uma ode à reforma agrária não radical, que é, em última análise, a que figura na plataforma de governo do presidente eleito. Quanto à reforma partidária, Cabral estava tão convencido do seu tratamento em escala prioritária que deixou o PMDB com uma intenção: a de só retomar a militância política ativa dentro de um novo e grande partido.

Mas como Fernando Collor chegou a Bernardo Cabral? Tudo começou quando o presidente eleito, ainda estudante secundário no Rio, teve a sua atenção despertada, em uma visita a Manaus, pelo advogado criminalista que viria a ser, tempos depois, líder da sua classe e um deputado com a rara marca dos grandes negociadores políticos. Como relator da Constituinte, o parlamentar amazonense acatou algumas sugestões do então governador de Alagoas, uma delas relacionada ao encontro de uma legislação que impede, desde 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Nova Carta do País, a formação de bolsões de marajás dentro do serviço público, seja no nível federal, estadual ou municipal.

Antes de se fixar no nome do senador mineiro Itamar Franco para seu vice, Collor desenvolveu um

Bernardo

grande assédio em torno de Cabral. Todos os contatos do então candidato da Aliança PRN-PTR-PSC esbarraram nos princípios éticos e no espírito de lealdade, que sempre acompanharam a carreira política do ex-presidente da OAB. Cabral, embora sem esconder o seu entusiasmo pela plataforma do futuro presidente, respondeu negativamente a todos os convites para ser o seu vice, por uma razão relevante: achava-se na obrigação de acompanhar a candidatura do deputado Ulysses Guimarães, que o havia ajudado a se eleger relator da Constituinte, dentro da bancada do PMDB.

A admiração de Collor por Cabral cresceu, inclusive, com a negativa do deputado amazonense em ser o seu vice, de maneira incisiva, numa conversa que eles mantiveram entre 20 e 25 de julho. Collor cobrava, na ocasião, uma resposta positiva ao convite para o ex-presidente da OAB completar a sua chapa, e ouviu dele uma resposta madura e serena: "Eu não me sentiria à vontade, tendo de traír o doutor Ulysses para acompanhá-los. Você mesmo, caso eu abandonasse um amigo, em momento de dificuldades, acabaria lá na frente perdendo a confiança em mim.

Refletindo, mais tarde, com os deputados Renan Calheiros, e Cleto Falcão e o jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, que o acompanharam desde o início da campanha, sobre as negativas de Cabral para ser o seu vice, Collor revelou que se ganhasse a eleição não abriria mão da presença do deputado amazonense no governo. Usou, a propósito, uma expressão que explica, enfim, toda a história dessa primeira escolha ministerial: "Olha, a vida é um permanente aprendizado. Eu estou realmente convencido de que já não fazem políticos no Brasil como esse Bernardo Cabral".

Rogério Coelho Neto é jornalista.